

Missão Importante

Foi da maior importância a aprovação das primeiras medidas provisórias do ajuste fiscal no Congresso. O aumento da Cofins e a autorização para cobrar contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas (da União, dos estados e dos municípios), além do adicional de 9% sobre os vencimentos dos inativos do serviço público federal acima de R\$ 1.200 (a ser votado na semana que vem), garantem ao governo R\$ 9,3 bilhões dos R\$ 28 bilhões previstos no ajuste para 99.

A denúncia vazia de contas abertas nas Ilhas Cayman e a gravação de conversas dos encarregados da privatização da Telebrás não desviaram o Congresso do compromisso decorrente da dramática crise financeira internacional, no sentido de assegurar condições para o país deixar de ser preocupação para a economia mundial.

A credibilidade nacional perante o mercado financeiro internacional, que se retraiu sensivelmente em relação aos países emergentes – desde o caleote da dívida interna da Rússia, em agosto – depende fundamentalmente do Brasil demonstrar capacidade de enfrentar, com energia e rapidez, o processo de ajuste fiscal e saneamento financeiro.

Sob a liderança dos Estados Unidos, que mobilizaram 19 outros países e mais o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o BID e o BIS (o Banco Central dos bancos centrais) para a abertura de crédito garantido de US\$ 41,5 bilhões, a comunidade financeira internacional deu um voto de confiança ao Brasil, cuja prosperidade interessa a todos os países comprometidos com a economia de mercado.

Mas o suporte financeiro para o Brasil recuperar-se do impacto provocado pela perda de reservas, em decorrência da paralisação do crédito internacional, só será eficaz se o país se mostrar capaz de seguir com rigor e determinação o programa de contenção dos gastos. A interrupção do fluxo de recursos externos mergulhou a economia em desaquecimento, com forte aumento do desemprego. O setor privado, que reúne no mesmo barco empresários e trabalhadores, está passando momentos difíceis por culpa do setor público que resiste ao ajuste dos seus gastos ao tamanho da receita.

A reação madura do Congresso pode ser o prenúncio de atitude mais responsável dos políticos em relação à questão dos gastos públicos. Seria um enorme avanço se os governadores tomarem posse a 1º de janeiro também imbuídos do compromisso com a austeridade e que o comportamento fosse seguido pelos atuais prefeitos até o fim do mandato.

Como o déficit nominal do Brasil, apesar de diminuir um pouco em agosto, ainda está em 6,33% do PIB e o país prometeu reduzi-lo para 4,7% ao final do ano que vem, há urgência para a aprovação das medidas do ajuste fiscal até 15 de dezembro. Quanto mais rápidas e vigorosas forem as medidas, mais intensa poderá ser a queda das taxas de juros. A queda é fundamental para relançar o crescimento da economia e do emprego no setor privado, e também para assegurar a própria queda do déficit nominal, que tem sido vergado pelo custo dos juros sobre o enorme endividamento acumulado no financiamento do déficit público.